



Benício Emanuel Bezerra da Silva; João Victor da Silva; Fernanda Tyelle Silva;  
 Maria Fernanda dos Santos Alencar  
 Universidade Federal de Pernambuco/Campus Avançado do Agreste

## Diversidade Sexual Na EJA e o papel da Educação Popular: (sobre)vivência da comunidade Lgbtqiapn+ na escolarização em turmas de EJA-Caruaru/Pe

*Sexual Diversity In Eja And The Role Of Popular Education: (Sur)Experience Of The Lgbtqiapn+ Community In Schooling In Eja Classes-Caruaru/Pe*

### Resumo

Este texto apresenta resultados de pesquisa sobre diversidade sexual na Educação de Jovens e Adultos (EJA), tendo por objetivo compreender como as questões da diversidade sexual são tratadas na EJA em escolas do município de Caruaru/ PE e como as práticas pedagógicas desenvolvidas pelos docentes refletem e/ou (im)possibilitam (sobre)vivências LGBTQIAPN+. Pesquisa de abordagem qualitativa, com levantamento de informações através de questionário elaborado no Formulário *Google Forme*, e respostas analisadas à luz da Análise de Conteúdo (Bardin, 2011) que foram, por meio da frequência de ocorrências nas respostas, categorizadas por eixos temáticos. Os resultados apontam que a discussão da temática diversidade sexual se faz presente nas salas de aula, mesmo que de forma limitada, bem como está presente nas orientações curriculares do Estado de Pernambuco para a EJA, também com pouca inserção, apenas em 3 disciplinas: Educação Física, Ciências e Ensino Religioso. Em relação à sala de aula, a limitação nas discussões não se dar por conta dos docentes, ocorrendo de forma “aberta”, sem resistência significativa; mas com resistência dos educandos, principalmente os mais idosos em consequência da cultura conservadora religiosa, moral e familiar que são naturalizadas a partir de um padrão heteronormativo.

**Palavras-chave:** Movimento LGBTQIA+. Educação de Jovens e Adultos. Educação Popular.

### Abstract:

This text presents the results of a research on sexual diversity in Youth and Adult Education (EJA), aiming to understand how issues of sexual diversity are addressed in EJA in schools in the city of Caruaru/PE and how the pedagogical practices developed by teachers reflect and/or (im)enable LGBTQIAPN+ experiences. This is a qualitative research, with information collected through a questionnaire prepared in a Google Form, and responses analyzed in light of Content Analysis (Bardin, 2011) that were, through the frequency of occurrences in the responses, categorized by thematic axes. The results indicate that the discussion of the topic of sexual diversity is present in the classrooms, albeit in a limited way, as well as being present in the curricular guidelines of the State of Pernambuco for EJA, also with little insertion, only in 3 disciplines: Physical Education, Science and Religious Education. Regarding the classroom, the limitation in the discussions is not due to the teachers, occurring in an “open” way, without significant resistance; but with resistance from students, especially the elderly, as a result of the conservative religious, moral and family culture that are naturalized based on a heteronormative standard.

**Keywords:** LGBTQIA+ Movement. Youth and Adult Education. Popular Education.





**Benício Emanuel Bezerra da Silva; João Victor da Silva; Fernanda Tyelle Silva;  
Maria Fernanda dos Santos Alencar**  
Universidade Federal de Pernambuco/Campus Avançado do Agreste

## Introdução

É função do processo de escolarização formar os sujeitos de pensamento crítico visando sua atuação e intervenção na realidade social em que se situam objetivando, além da aprendizagem dos conhecimentos socialmente construídos, também possibilitar (re)evoluções no modo de encarar conceitos socialmente pré-estabelecidos no caminho de “[...] processos educativos em que se constroem pensamentos, comportamentos, culturas, expectativas e, também, preconceitos, discriminações” (SOUZA, 2022, p.10), subjugando e marginalizando pessoas, tornando-as, conforme Freire (2005), seres menos ou seres mais.

Nesse contexto, se compreende que a educação escolar tem um papel social e político de desenvolver um trabalho educativo com temas, conteúdos e discussões que possibilitem a aprendizagem ser entendida “como uma experiência que enriquece a vida em sua integridade” (Hooks, 2019, p. 200), ou seja, a escola não pode e não deve estar desatrelada da vida real, das questões e dos problemas que formam as nossas identidades, de culturas, das narrativas, memórias e saberes dos povos silenciados, como as populações tradicionais indígenas, quilombolas e ciganas, dos povos do campo e de debates e reconhecimento de temas importantes como as questões de gênero e de sexualidade. Essa perspectiva fortalece ao que Hooks (2019) discorre sobre a nossa capacidade de aprender situados e engajados no presente dentro e fora dos espaços acadêmicos.

Nesse sentido, a Educação de Jovens e Adultos (EJA), modalidade da educação básica, tem um papel importantíssimo porque se destina, na perspectiva da educação formal, aos grupos socialmente excluídos. São, conforme expõe Arroyo (2017), sujeitos que se aproximam por suas “[...] identidades de classe, raça, gênero, trabalho, escolarização truncada” (ARROYO, 2017, p.24), ou seja, são negros(as), trabalhadores(as), moradores(as) de





**Benício Emanuel Bezerra da Silva; João Victor da Silva; Fernanda Tyelle Silva;  
Maria Fernanda dos Santos Alencar**

Universidade Federal de Pernambuco/Campus Avançado do Agreste

periferias, dos campos, grupos sociais, raciais, sexuais. E dentro desses estereótipos que os marca, se reconhecem, como aponta Holanda e Alencar (2021), como os sem “sem lugar” , os “sem direitos” a estarem no espaço escolar, ao lazer, ao trabalho e a serem protagonistas de suas vidas.

A EJA nesse processo visa garantir, para além do processo de escolarização aos sujeitos plurais, ser espaço que considera a luta da inclusão e da diversidade de pessoas discriminadas pelas suas orientações sexuais e de formação da cidadania, haja vista estarem respaldados como cidadãos na Constituição Federal do Brasil (1988) ao direito do exercício da cidadania plena e a vida digna. Assim, A EJA, alicerçando-se em práticas pedagógicas e educativas emancipadoras, em sua finalidade “[...] da democratização do conhecimento [...]para os excluídos, por fatores de idade, de classe e também por discriminação por orientação sexual” (Ferreira; Ferreira, 2012, p.03 ) ser também responsável por reduzir as injustiças sociais a que lésbicas, gays, bissexuais, transgênero e travestis, *queers*, intersexuais, assexuais e agênero, pansexuais, não binárias e mais (LGBTQIAPN+) foram/são submetidos.

Nessa discussão do papel/finalidade da EJA e do lugar dos sujeitos plurais nela inseridos, este artigo tem como objeto de estudo a diversidade sexual na EJA, tendo como objetivo compreender como as questões da diversidade sexual são tratadas na Educação de Jovens e Adultos (EJA) e como as práticas aderidas pelos docentes refletem e/ou (im)possibilitam (sobre)vivências LGBTQIAPN+. Neste objetivo, tem como lócus de pesquisa a rede municipal de educação do município de Caruaru/PE. A pesquisa resulta de trabalho desenvolvido no Componente Curricular Fundamentos e Processos da Educação Popular, no Curso de Licenciatura em Pedagogia, do Centro Acadêmico do Agreste/Universidade Federal de Pernambuco, situado no município de Caruaru/PE.

No desenvolvimento do texto, o referencial teórico se estrutura nas seguintes





**Benício Emanuel Bezerra da Silva; João Victor da Silva; Fernanda Tyelle Silva;  
Maria Fernanda dos Santos Alencar**

Universidade Federal de Pernambuco/Campus Avançado do Agreste

categorias: diversidade sexual, para a qual trazemos as contribuições de Quinalha (2015), Canabarro (2013), Junqueira (2013) e Silva (2013); A Educação de Jovens e Adultos, com os estudos de Lopes e Sousa (2010), Freire (2002; 2005) e Souza (2003) e a de educação popular com as contribuições de Brandão (2006), Freire (2005) e Paludo (2005).

## **A EJA e a Educação Popular: práticas emancipatórias para a inclusão da diversidade sexual**

Desenvolvemos este tópico abrangendo um pouco sobre a produção de conhecimento que envolve a categoria de estudo diversidade sexual, iniciando pelo significado da sigla LGBTQIAPN+, o que se torna necessário mediante o desconhecimento sobre a mesma. O grupo LGBTQIAPN+ é composto pela população que não se enquadra nos padrões sociais *cis* heteronormativo, sendo lésbicas, gays, bissexuais, transgênero e travestis, *queers*, intersexuais, assexuais e agênero, pansexuais, não binárias e mais (Anamatra<sup>1</sup>, 2024) constituindo grupos socialmente minoritários, estigmatizados no corpo social a partir de conceitos pré-estabelecidos, que sofre forte exclusão na sociedade. Para a Anamatra (2024, p. 5), apoiada em Rodrigues (2022), a população LGBTQIAPN+

é uma minoria social que enfrenta o preconceito, a discriminação e a intolerância manifestados pela sociedade civil e pelo Estado. Por romper com o padrão heteronormativo, lida com reações adversas e com a exclusão, baseadas em visões fundamentalistas de mundo. Inclusive dentro das próprias famílias, que, não raro, ao

---

<sup>1</sup> ANAMATRA- é a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho. Em junho de 2024 foi publicada pela Comissão Anamatra LGBTQIAPN+, criada em março de 2022, a Cartilha de Direitos da Comunidade LGBTQIAPN+ Entendendo a diversidade e contribuindo para assegurar os direitos da comunidade LGBTQIAPN+. Esta Cartilha tem como papel “informar e fornecer subsídios teóricos e técnicos a respeito das garantias das pessoas que integram a comunidade LGBTQIAPN+ para proporcionar conhecimento amplo da dignidade que lhes é assegurada pela Constituição e o exercício da cidadania plena.” (Anamatra, 2024, p. 6).





**Benício Emanuel Bezerra da Silva; João Victor da Silva; Fernanda Tyelle Silva;  
Maria Fernanda dos Santos Alencar**

Universidade Federal de Pernambuco/Campus Avançado do Agreste

invés de desempenharem seu papel de núcleo de realização pessoal e de afetividade, oferecem reprovação e repressão. (Rodrigues, 2022, *apud* Anamatra, 2024, p. 5)

Tais preconceitos, discriminações e intolerâncias permeiam a sociedade brasileira de forma muito intensa repercutindo em ações de ódio e violência, conforme podemos inferir pelas informações em número<sup>2</sup> que apontam que entre “janeiro a dezembro de 2022, foram mortas 273 pessoas LGBTQIAPN+”, colocando o Brasil dentre os países “que mais mata LGBTQIAPN+ no mundo” (Anamatra, 2024, p. 11), embora esclareçam que esses números não representam a totalidade dos casos, considerando que muitos não são notificados ou, quando notificados, não são tratados como crimes de LGBTQIAPN+. Este documento ainda aponta dentre o grupo quais gêneros sofrem maior violência o que transgredi ao que se é preconizado e discutido sobre direito e respeito à vida.

Os números indicam que a população de travestis e mulheres trans representou 58,24% do total de mortes (159); os gays representaram 35,16% dos casos (96); homens trans e pessoas transmasculinas, 2,93% dos casos (oito mortes); mulheres lésbicas correspondem a 2,93% das mortes (oito casos); pessoas bissexuais, 0,37% (uma morte) e as pessoas identificadas como outros segmentos, 0,37%, também com uma morte. (Anamatra, 2024, p. 11)

No Brasil, a resistência a tais opressões se inicia de forma significativa a partir da década de 80. Esse início é considerado tardio em relação a outras partes do mundo justificada pela repressão do período de ditadura civil militar, momento em que o conservadorismo atingiu seu ápice como afirma Quinalha (2015, p.5) “Para a direita, a homossexualidade ameaçava a segurança, a família católica e a moralidade.”. Fundamentado nessa máxima, os sujeitos que desviavam do padrão social de como é ser homem e mulher sofriam violências e até mesmo prisões, sofrendo ainda mais com a desumanidade a que

---

<sup>2</sup> Esses dados foram extraídos do Dossiê de Mortes e Violências contra LGBTQIAPN+ no Brasil 2022, no Dossiê de Mortes e Violências contra LGBTQIAPN+ no Brasil 2022





**Benício Emanuel Bezerra da Silva; João Victor da Silva; Fernanda Tyelle Silva;  
Maria Fernanda dos Santos Alencar**

Universidade Federal de Pernambuco/Campus Avançado do Agreste

eram sujeitados (Guedes, 2023) <sup>3</sup>.

No contexto da epidemia da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida, a AIDS, fortemente associada à comunidade LGBTQIAPN++, especialmente aos gays, a resistência desse grupo passa a se constituir, de fato, como movimento social, gerando militância efetiva para assegurar a humanização social e civil da comunidade. A partir de então, o movimento se expande e passa a contemplar também organizações menores com o mesmo objetivo, como reafirmado por Canabarro (2013, p.3).

Nas décadas de 80 e 90, surgem vários grupos brasileiros com o mesmo intuito, atuando até hoje, como o GGB – Grupo Gay da Bahia, que surge em 1980, pioneiro na realização de pesquisas e estudos. Nesse mesmo ano, acontece o primeiro Encontro Brasileiro de Homossexuais, e no ano seguinte, a primeira comemoração do Dia do Orgulho Gay (28 de junho) (MOTT, 2005). Nasceram filiais do Somos – Comunicação e Sexualidade, que se espalham pelo Brasil, em conjunto com novos grupos de travestis e transexuais.

A discussão sobre direitos e cidadania desse grupo só se tornou possível através do posicionamento político e social do movimento LGBTQIAPN+, e só através dessa luta que tais sujeitos foram e estão sendo humanizados.

Em 2018, o conservadorismo passa a compor mais força no país. Há um retorno a um discurso desumanizador, considerando o pensar de Paulo Freire sobre processos humanizadores e desumanizadores, impulsionando ações e falas contra a civilidade. Os discursos de ódio contra essa comunidade propagou até que as crianças não estão seguras próximas a esse grupo, fundamentou seus argumentos, principalmente, através de notícias

---

3 Indicação da leitura do artigo de Guedes (2023), sob título “Resistência LGBTQIA+ na Ditadura Militar – Um retrato não contado da história do país”, publicado na página do Instituto Vladimir Herzog (IVH), o qual diz: “O regime, que se estendeu entre 1964 e 1985, ficou marcado por inúmeras violações contra os direitos humanos e forte repressão aos ditos “subversivos” e “desviantes”. Inseridos nesta última categoria, homossexuais, transexuais e prostitutas foram alguns dos grupos sociais duramente perseguidos e marginalizados durante o regime.” (Guedes, 2023, s/p)





**Benício Emanuel Bezerra da Silva; João Victor da Silva; Fernanda Tyelle Silva;  
Maria Fernanda dos Santos Alencar**

Universidade Federal de Pernambuco/Campus Avançado do Agreste

falsas como o “Kit Gay” e “Ideologia de gênero nas escolas” (Morais, 2018). Tal movimento estigmatiza a comunidade LGBTQIAPN+, que se torna, novamente marginalizada, de forma semelhante ao que ocorria durante a ditadura militar, como pontuado por Quinalha (2018). Esse processo gerou ao que se chama de homofobia, compreendido como atitudes (aversão, desprezo, ódio, desconfiança, desconforto ou medo) de pessoas ou de grupos homofóbicos em voltadas a uma minoria, neste caso a comunidade LGBTQIAPN+ (Junqueira, 2013). Para Junqueira, esse termo é compreendido de modo restrito por minimizar os efeitos de sentimentos e atitudes de indivíduos ou de grupos homofóbicos em relação suposta minoria (Junqueira, 2014, p. 5). E a partir dessa análise, entende esse estudioso que seria mais adequado a homofobia se analisada

[...]como um fenômeno social relacionado a preconceitos, discriminação e violência voltados contra quaisquer sujeitos, expressões e estilos de vida que indiquem transgressão ou dissintonia em relação às normas de gênero, à matriz heterossexual, à heteronormatividade. E mais: seus dispositivos atuam capilarmente em processos heteronormalizadores de vigilância, controle, classificação, correção, ajustamento e marginalização com os quais todos somos permanentemente levados a nos confrontar. (Lopes, 2014, p. 5).

Esse fazer que se materializa nas ações e atitudes de pessoas e grupos promove ao que Junqueira (2013) denomina de pedagogia do armário que se constitui de

[...] dispositivos e práticas curriculares de controle, humilhação, silenciamento, invisibilização, ocultação e não nomeação que agem como forças heterorreguladoras de dominação simbólica, (des)legitimação de corpos, sujeitos, saberes, práticas e identidades, e de subalternização, marginalização, estigmatização e exclusão. [...] a pedagogia do armário diz respeito a processos amplos, sutis, complexos e profundos ao longo dos quais cada sujeito do espaço escolar é implicado. (Lopes, 2014, p. 6).

Ou seja, está nos espaços informais e formais de educação, como o espaço escolar. A partir dessas reflexões, é possível pontuar que a diversidade sexual é um campo que forja as construções de sujeitos sociais. Essa perspectiva é acolhida por Silva (2013, p.12) quando essa compreende a Diversidade Sexual e de Gênero na “possibilidade de construção de sujeitos





**Benício Emanuel Bezerra da Silva; João Victor da Silva; Fernanda Tyelle Silva;  
Maria Fernanda dos Santos Alencar**  
Universidade Federal de Pernambuco/Campus Avançado do Agreste

sociais críticos, que reproduzam em sociedade uma nova mentalidade em relação à orientação sexual” e a partir desse movimento empreender esforços no sentido de “dirimir o preconceito e encontrar mecanismos para que a violência de gênero seja mitigada” (Silva, 2013, p.12).

Para Veras Neto (2015), esse campo é fundamento para e nas relações de poder, determinados a partir dos aspectos histórico-culturais das sociedades humanas. E nesse sentido, considera-se importante essas concepções e compreensões na Educação de Jovens e Adultos no desenvolvimento do processo de escolarização, especialmente na perspectiva didático-conceitual e pedagógica da educação popular, como modo de (re)afirmar identidades, processos de humanização e discussão das relações de poder instituídas para a opressão, domínio e controle não só de corpos, mas de mentes e sentimentos, tornando os sujeitos históricos em sujeitos objetos como afirma Freire (2005).

E nesse objetivo da conscientização e da libertação impulsionada pela proposição da educação popular na perspectiva freireana de libertação que compreendemos o papel da educação. A educação, a escolar de forma específica, tem o papel da produção de conhecimentos necessários para a vida em sociedade, considerando as realidades vividas e os conhecimentos prévios que os(as) estudantes trazem a escola. Neste sentido, a educação visa uma formação de sujeitos com consciência cidadã e reafirmação do ser enquanto político e social, acolhendo processos distintos para diferentes sujeitos. Brandão (2005) explica as diferentes formas de educação que contribuem para a constituição de processos de formação do povo,

Compreendemos a partir de Brandão (2006) que a educação é um processo pelo qual criamos e recriamos por meio do ensinar e aprender as relações entre a natureza e os seres humanos nos (re)construindo; assim,







**Benício Emanuel Bezerra da Silva; João Victor da Silva; Fernanda Tyelle Silva;  
Maria Fernanda dos Santos Alencar**

Universidade Federal de Pernambuco/Campus Avançado do Agreste

Ao mesmo tempo em que socialmente a educação, um domínio da cultura entre outros, é condição da permanente recriação da própria cultura, individualmente a educação, uma relação de saber entre trocas de pessoas, é condição da criação da própria pessoa. Aprender significa tornar-se, sobre o organismo, uma pessoa, ou seja, realizar em cada experiência humana individual a passagem da natureza à cultura. (Brandão, 2006, p. 22).

É válido destacar que pensar a educação dessa forma contribui para a constituição de um pensamento de valorização de crenças, princípios e características que possam contribuir na formação das pessoas e nesse contexto, como Brandão (2006) nos deixa como questão refletir o papel da educação popular. Assim, nos interroga:

Por que não aproveitarmos, leitor, o fato de que a educação popular não parece ser um modelo único e paralelo de prática pedagógica, mas um domínio de ideias (sic) e práticas regido pela diferença, para explorar o próprio sentido da educação, através de percorrer os diferentes modos de seu ser como educação popular? (Brandão, 2006, p. 15).

Para Brandão (2006), apoiado em Paulo Freire, a educação popular tem um papel fundamental – o do uso da palavra para a libertação “[...]se é com palavras que são escritas as regras que oprimem e consagram a opressão, com elas também os homens entre si podem falar e escrever frases e modos de saber que, pronunciados e exercidos, poderão um dia libertar o homem e os seus mundos”. (Brandão, 2006, p. 16). E nessa compreensão e intenção que visualizamos a importância de práticas pedagógicas<sup>4</sup> na EJA na perspectiva da educação popular.

Pontual (2019) explica que fundada na dialogicidade da ação educativa e comunicativa, como nos ensina Paulo Freire, a educação popular propõe uma metodologia transformadora que é válida não apenas para a escola, mas para outros espaços, institucionalizados ou não,

---

<sup>4</sup> Trazemos prática pedagógica neste texto na apreensão de Souza quando a trata como práxis pedagógica (2009, p. 30). “[...] realização de um currículo por meio das relações e ações que se dão entre os sujeitos em suas práticas”. São os sujeitos docente, discente, gestora e dos conhecimentos (conteúdos).





**Benício Emanuel Bezerra da Silva; João Victor da Silva; Fernanda Tyelle Silva;  
Maria Fernanda dos Santos Alencar**

Universidade Federal de Pernambuco/Campus Avançado do Agreste

que atuam na perspectiva de transformação da sociedade (Pontual, 2019, p.161).

Diante dessa perspectiva, entendemos a educação popular como movimento de valorização de conhecimentos prévios, de histórias, narrativas, memórias e saberes alicerçados com as vivências, experiências e produção de conhecimentos das pessoas que se reafirmam e (re)produzem a partir e com o diálogo e a reflexão de mundo. Neste sentido, a educação é um ato coletivo, solidário, um ato de amor porque educar é uma tarefa de trocas entre pessoas e como tal não pode ser o resultado do despejo de quem supõe que possui todo o saber, sobre aquele que, do outro lado, foi obrigado a pensar que não possui nenhum (Brandão, 2006).

Diante do exposto, vemos a educação popular na defesa de uma sociedade justa e democrática ao possibilitar a reflexão de conhecimentos, atitudes e ações; acolhendo participação ativa de diferentes grupos sociais, nos mais diversos espaços, com diferentes propostas pedagógicas, possibilitando pensar a educação como base nas lutas dos movimentos sociais e no respeito as diferenças, conforme expõe Paludo (2005) sobre a educação:

O que ela quer é que a sociedade toda assume como centro do processo educativo, independentemente de onde aconteça, a formação humana e a vivência de valores que façam as relações sociais, nas diferentes esferas, serem cada vez mais formadoras de seres humanos inteiros, completos e felizes. (PALUDO, 2005, p.11).

Assim, nos questionamos e refletimos: como a EJA na perspectiva da educação popular pode contribuir para o papel da educação conforme compreendem Freire (2005), Brandão (2006) e Paludo (2005)?

E nesse refletir que acolhemos a EJA não apenas como uma modalidade da educação básica, voltada aos processos escolares do ensino fundamental e médio dos que não tiveram acesso ao ensino regular na idade apropriada, conforme LDB 9394/96; mas conforme Souza (2003, p. 18) “[...] a EJA é um processo educativo escolar explicitamente vinculado às realidades e ações culturais, políticas e produtivas dos educandos jovens e adultos”. Assim,





**Benício Emanuel Bezerra da Silva; João Victor da Silva; Fernanda Tyelle Silva;  
Maria Fernanda dos Santos Alencar**

Universidade Federal de Pernambuco/Campus Avançado do Agreste

estabelece relações com a educação popular em ir “além das matrizes curriculares[...] no atendimento as perspectivas, as experiências e as expectativas que (os estudantes) nutrem. Essas precisam ser consideradas em todo seu percurso escolar[.]” (Holanda; Alencar, 2021, p.860-861).

Os saberes advindos, as situações de vida, experiências, bagagem cultural, opiniões, inclusive os processos de exclusão, invisibilidade e preconceitos pelos quais passam os estudantes da EJA devem ser levados em consideração nas proposições e práticas pedagógicas docentes. Assim, educando e educadores caminham juntos, durante todo o processo de escolarização, dialogando, ensinando e aprendendo, conforme citou Brandão (2006). Neste sentido, Freire destaca que a relação professor-aluno deve ser uma relação de autêntico diálogo na qual possam os sujeitos da ação “do ato de conhecer (educador-educando; educando-educador) se encontram mediatizados pelo objeto a ser conhecido [...]” (Freire, 2002, p. 58).

Desse modo, educar vai além da reunião de pessoas numa sala de aula e a perspectiva tecnicista de transmissão de conhecimentos prontos. É papel do docente, especialmente dos que atuam na EJA, compreender o cotidiano do educando e suas especificidades culturais, econômicas, sociais e identidades num jogo que estabelece o currículo em disputa (Arroyo, 2011) que necessita desvelar temáticas que não constam nos programas de ensino da rede escolar formal, mas estão na rua, na família, na rede social, ou seja, fora dos muros da escola promovendo um processo de formação que garante a ignorância em torno de direitos, cidadania e respeito e olhar do outro e da outra que, diferentes uns dos outros e das outras, são pessoas e precisam se sentir seres mais. Então, o currículo para a escolarização na EJA na perspectiva da educação popular e no acolhimento da temática da diversidade sexual tem como finalidade, no diálogo com Junqueira (2014, p.6), a “desconstrução de processos sociais,





**Benício Emanuel Bezerra da Silva; João Victor da Silva; Fernanda Tyelle Silva;  
Maria Fernanda dos Santos Alencar**  
Universidade Federal de Pernambuco/Campus Avançado do Agreste

políticos e epistemológicos, próprios da pedagogia do armário, por meio dos quais alguns indivíduos e grupos se tornam normalizados ao passo que outros são marginalizados”.

## Proceder metodológico

A presente pesquisa é de cunho qualitativo, ou seja, que valorizam as noções mais particulares dos sujeitos (MINAYO, 1996) e tem como ferramenta de coleta de dados aplicação de questionário com uso da ferramenta *Google Form*. Este modelo foi escolhido considerando o calendário do período de aulas na Universidade Federal de Pernambuco, no ano de 2022-2023, com 3 semestre em um mesmo ano em consequência do período da Covid-19, impossibilitando um encontro do calendário acadêmico com o da rede municipal de ensino. O questionário foi elaborado com perguntas abertas para que melhor pudesse permitir contemplar o pensar dos(as) professores(as). Assim, perguntamos: O que você entende por diversidade sexual? As questões de sexualidade são tratadas em sua turma da EJA? Se sim, de qual forma você aborda essa discussão? O material didático contempla essa discussão? Se sim, é suficiente? Como essas práticas pedagógicas refletem na formação dos educandos? Você sente alguma resistência por parte da turma e/ou gestão quando aborda essa discussão? Se há, como ocorre? Em sua turma existe algum(a) estudante LGBTQIAPN+? Se sim, de que forma as relações desses ou dessas estudantes com a turma e/ou escola se apresentam?

Os sujeitos da pesquisa são cinco docentes que desenvolvem suas atividades em turmas da Educação de Jovens e Adultos-EJA, no município de Caruaru-PE. Visando garantir o anonimato dos entrevistados eles são nomeados na citação de suas respostas como D1 (Docente 1), D2 (Docente 2), D3 (Docente 3), D4 (Docente 4) e D5 (Docente 5).





**Benício Emanuel Bezerra da Silva; João Victor da Silva; Fernanda Tyelle Silva;  
Maria Fernanda dos Santos Alencar**  
Universidade Federal de Pernambuco/Campus Avançado do Agreste

Para além das entrevistas, foi realizada uma análise das diretrizes curriculares da Educação de Jovens e Adultos- denominada Currículo de Pernambuco- Educação de Jovens e Adultos- Ensino Fundamental - anos finais (2021)<sup>5</sup>. Este documento foi citado por alguns dos(as) docentes. Neste sentido, buscamos compreender se a temática diversidade sexual está presente na organização curricular do estado, uma vez que direciona o fazer docente e os planos de ensino dos(as) professores(as) que atuam na EJA.

A análise do levantamento das informações fora realizada por meio da técnica da Análise de Conteúdo (Bardin, 2011). Neste caminho metodológico, as respostas foram interpretadas considerando a frequência de ocorrência, identificadas por padrões e temas nas respostas ao questionário e no documento Currículo de Pernambuco- Educação de Jovens e Adultos (2021). Após esse processo de análise, foram categorizados eixos temáticos analíticos orientadores da frequência da ocorrência das narrativas docentes.

## **A diversidade sexual na Educação de Jovens e Adultos (EJA) e as práticas de docentes: (im)possibilitam (sobre)vivências Lgbtqiapn+**

Este tópico tem como objetivo analisar as respostas ao questionário online, via formulário *Google Form*, aplicado aos cinco professores que atuam em turmas de EJA no município de Caruaru/PE, buscando atender ao objetivo de nossa pesquisa: compreender como as questões da diversidade sexual são tratadas na Educação de Jovens e Adultos (EJA) e

---

<sup>5</sup> Documento encontrado nas seguintes páginas: <https://edu.tabira.pe.gov.br/wp-content/uploads/2022/10/curriculo-de-pernambuco-EJA.pdf> e <https://portal.educacao.pe.gov.br/wp-content/uploads/2024/08/CURRICULO-DE-PERNAMBUCO-ENSINO-FUNDAMENTAL.pdf>





**Benício Emanuel Bezerra da Silva; João Victor da Silva; Fernanda Tyelle Silva;  
Maria Fernanda dos Santos Alencar**

Universidade Federal de Pernambuco/Campus Avançado do Agreste

como as práticas aderidas pelos docentes refletem e/ou (im)possibilitam (sobre)vivências LGBTQIAPN+.

Na análise, destacamos, a partir das respostas, 3 eixos temáticos analíticos: 1) A temática da diversidade sexual/sexualidade nas turmas da Educação de Jovens e Adultos-EJA: entre a (des)atenção; 2) A abordagem da temática de diversidade sexual e seus efeitos na vida dos educandos; e 3) As práticas pedagógicas na EJA e as (im)possibilidades para a (sobre)vivência LGBTQIAPN+

1. A temática da diversidade sexual/sexualidade nas turmas da Educação de Jovens e Adultos-EJA: entre a (des)atenção

Pensar em currículo é, sobretudo, pensar em um campo de disputas (Arroyo, 2011) que gera relações de poder que configuram constantes processos de exclusão e inclusão baseados na hegemonia cultural que perpassa a sociedade. Entretanto, a construção do currículo escolar pouco se atenta a diversidade presente entre seus estudantes, limitando-os a um padrão branco, cisgênero, heterossexual e burguês. Desse modo, Louro (1997) pontua que:

Provavelmente nada é mais exemplar disso do que o ocultamento ou a negação dos/as homossexuais — e da homossexualidade — pela escola. Ao não se falar a respeito deles e delas, talvez se pretenda "eliminá-los/as", ou, pelo menos, se pretenda evitar que os alunos e as alunas "normais" os/as conheçam e possam desejá-los/as. Aqui o silenciamento — a ausência da fala — aparece como uma espécie de garantia da "norma"(Louro, 1997, p. 67-68).

Tal silenciamento perpassa os espaços escolares e permeia todo o lócus social, gerando ainda mais estigmatização e preconceitos sociais para grupos denominados de minoritários, em especial a pauta LGBTQIAPN+. Esse silenciamento também se projeta na organização curricular da educação básica; muitas das vezes em atendimento a crescente onda de conservadorismo, que se alicerça na sociedade atual. Entretanto, dois dos docentes citaram que a temática sexualidade contempla o documento Currículo de Pernambuco- Educação de





**Benício Emanuel Bezerra da Silva; João Victor da Silva; Fernanda Tyelle Silva;  
Maria Fernanda dos Santos Alencar**  
Universidade Federal de Pernambuco/Campus Avançado do Agreste

Jovens e Adultos (Pernambuco, 2021). Assim, trouxemos esse documento para nossa leitura e análise, não de forma tão aprofundada, mas na busca de quais componentes curriculares da educação básica abordam a temática ‘diversidade sexual’ ou ‘sexualidade’.

O documento Currículo de Pernambuco- Educação de Jovens e Adultos- anos finais (2021), tem 401 paginas e em sua estrutura traz: Apresentação, Introdução (versa sobre o processo de elaboração e os pressupostos teóricos que alicerçam EJA) e as áreas e os respectivos componentes curriculares que as compõe: Linguagem, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Ensino Religioso. Elaborado pela Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco (SEE-PE), em parceria com a União dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME/PE) contou com a consulta/participação de 1.100 de profissionais da educação. Em sua apresentação expõe que tem como finalidade “orientar o trabalho pedagógico nas turmas da Educação de Jovens e Adultos (doravante EJA) em todo o Estado a partir de 2021” (Pernambuco, 2021, p.12).

Ao analisarmos o Currículo de Pernambuco: Educação de Jovens e Adultos do Ensino Fundamental- Ensino Fundamental - anos finais, de 2021, citado por docentes respondentes, optamos iniciar pela busca do termo ‘diversidade’, que aparece 85 vezes no texto. Explicamos que não fora analisado a concepção, finalidade desse termo no texto, porque não era o foco desta pesquisa. Ao colocarmos na busca o descritor ‘diversidade sexual’, verificamos que não aparece nas 401 páginas do documento que orienta o fazer docente e a gestão curricular da EJA no estado de Pernambuco. Ou seja, o documento Currículo de Pernambuco: Educação de Jovens e Adultos do Ensino Fundamental não faz uso, nas suas 401 páginas, do termo diversidade sexual.

Em seguida, fizemos a busca pelo descritor ‘sexualidade’. Este aparece 6 (seis) vezes no documento. Neste sentido, passamos a descreve em qual área do conhecimento/componente





**Benício Emanuel Bezerra da Silva; João Victor da Silva; Fernanda Tyelle Silva;  
 Maria Fernanda dos Santos Alencar**  
 Universidade Federal de Pernambuco/Campus Avançado do Agreste

curricular é mencionado e para atendimento a qual habilidade. Neste sentido, a temática da sexualidade é contemplada nos seguintes componentes:

1) Educação física: **Unidades Temáticas:** Danças. **Objetos de Conhecimento:** Danças de Salão, danças teatrais e contemporâneas. **Habilidades EJA PE:** (EFEJAAF32PE) Diferenciar as danças urbanas e as folclóricas regionais das demais manifestações de dança, destacando as danças da mídia/massa, conhecendo suas características e influências na saúde, lazer, educação, trabalho, sexualidade e cultura, valorizando e respeitando os sentidos e significados atribuídos a eles por diferentes grupos sociais (Pernambuco, 2021, p. 156).

2) Ciências: **Unidades Temáticas:** Vida e Evolução. **Objetos de Conhecimento:** Mecanismos reprodutivos - Sexualidade. **Habilidades EJA PE:** (EFEJAAF34PE) Investigar sobre as múltiplas dimensões da sexualidade humana (biológica, sociocultural, afetiva e ética). (Pernambuco, 2021, p. 282).

3) Ensino Religioso: **Unidades Temáticas:** Crenças religiosas e filosofias de vida. **Objetos de Conhecimento:** Crenças, filosofias de vida e esfera pública. **Habilidades EJA PE:** (EFEJAAF36PE) Compreender e respeitar as diferentes abordagens relativas às estruturas familiares e à sexualidade humana. (Pernambuco, 2021, p. 385).

Para além das indicações nos componentes curriculares acima, a busca pelo termo 'sexualidade' encontra uma única indicação de citação de autor/título no documento. Assim, nas Referências temos o trabalho dissertativo de Jacqueline Bezerra Santos, intitulado 'O discurso velado e a liberdade de expressão sobre religião e sexualidade na adolescência: a importância dos núcleos de estudos de gênero e sexualidade nas escolas de referência em ensino médio no Recife', do Programa de Pós-Graduação de Ciências da Religião, da Universidade Católica de Pernambuco, defendida em 2017. (Pernambuco, 2021, p. 287-388).

Quanto à análise das informações das entrevistas dos(as) docentes, foi possível







**Benício Emanuel Bezerra da Silva; João Victor da Silva; Fernanda Tyelle Silva;  
Maria Fernanda dos Santos Alencar**

Universidade Federal de Pernambuco/Campus Avançado do Agreste

perceber formas pedagógicas distintas de se trabalhar a temática diversidade sexual e como essa é entendida pelos docentes e tratadas na educação. Em um primeiro momento buscando compreender o que os docentes entendiam do tema tratado, através da pergunta "O que você entende por diversidade sexual?" as 5 respostas apontam, de forma unânime, que ter essa temática tratada como conteúdo é importante porque desenvolve caminhos no processo de formação para a inclusão e o entendimento das diversas manifestações da sexualidade humana, possibilitando a reflexão para o respeito à diversidade sexual humana e ao direito do ser humano de ser quem é.

Ao responder à questão "As questões de sexualidade são tratadas em sua turma da EJA? Se sim, de qual forma você aborda essa discussão?", os docentes apontam que a temática é abordada na sala de aula e de "maneira natural" (D1, 2022). Entretanto, foi possível perceber na realidade de D3 que a temática muitas vezes não é tratada de modo direto, motivado principalmente pela realidade sociocultural do fortalecimento do preconceito vivenciado na atualidade:

A princípio, respeitando, acolhendo e incluindo cada um da maneira que se apresenta. Endossando as diversidades a partir de discussão em nossas aulas, infelizmente de forma não tão direta devido o contexto de desconstrução cultural que estamos vivendo na contemporaneidade, mas, que podem e devem ser tratadas em nosso conteúdo evidenciando a existência em nosso cotidiano. (D3, 2022).

Neste sentido, foi possível perceber que a discussão da temática, mesmo que considerada de forma unânime pelos(as) 5 docentes como importante para o processo de uma formação fortalecedora da convivência e do respeito entre diferentes, e de contribuir para a desconstrução de rótulos e preconceitos, ainda é uma temática que precisa ser tratada de forma 'limitada', com cuidados, e de "forma não tão direta"; pois como posto pelo(a) docente D3, sofre influências do pensar e das percepções de pessoas que usam do discurso de normas religiosas e morais para determinar os padrões a serem aceitos na sociedade. E as escolas,





**Benício Emanuel Bezerra da Silva; João Victor da Silva; Fernanda Tyelle Silva;  
Maria Fernanda dos Santos Alencar**

Universidade Federal de Pernambuco/Campus Avançado do Agreste

como espaço de extensão dessa realidade, muitas das vezes se ver impedida de contemplar a temática da diversidade sexual, ou quando o faz necessita ter estratégias didáticas que não prejudique o papel e a finalidade da educação, ou seja, a formação do ser humano para uma sociedade humanizada, conforme afirma Freire (2005).

## 2) A abordagem da temática de diversidade sexual e seus efeitos na vida dos educandos

As práticas pedagógicas quando incluem temáticas interligadas a pessoas, situações, contextos excludentes, de maneira efetiva no processo de escolarização, possibilita tornar possível a reflexão, o respeito, o entendimento e a inclusão dentro e fora do ambiente escolar. Ao questionar aos docentes como eles pontuam as práticas como caminho para abrir a possibilidade para a reflexão da percepção dos sujeitos LGBTQIAP+, observamos que a partir desse movimento de reflexão, conforme pontua D3, os educandos abrem o olhar para a (re)existência de realidades que não fazem parte do padrão cisgênero e heteronormativo imposto socialmente. Em concordância a essa percepção, D4 diz perceber que o desenvolvimento de práticas pedagógicas voltadas a inclusão da temática da diversidade sexual reflete na realidade dos educandos, ressaltando que abordar tais temáticas possibilita o desenvolvimento de valores sociais que ampliam o olhar para a sociedade como um todo. Para o(a) docente “Refletem em uma reconstrução de pensamentos preconcebidos que antes eram engessados, dando a oportunidade ao educando de observar que existe condição diferente da que foi imposta para ele, muitas vezes tidas como as "corretas" (D3, 2022).

Na ampliação da visão de mundo, o(a) docente D4 compreende que levar conteúdos que não estão no processo considerado ‘normal’ do currículo da escola, possibilita ampliar “[...] no desenvolvimento interno (dentro de cada um) de valores importantes para a convivência





**Benício Emanuel Bezerra da Silva; João Victor da Silva; Fernanda Tyelle Silva;  
Maria Fernanda dos Santos Alencar**

Universidade Federal de Pernambuco/Campus Avançado do Agreste

social, como o respeito e a liberdade dos moldes que a sociedade tenta impor acerca de várias questões, dentre elas a diversidade sexual” (D4, 2022).

Nesta questão, os(as) docentes respondentes participantes desta pesquisa são unânimes em afirmar que quando tal temática é abordada existe um movimento de resistência de alguns educandos, que não concordam que sejam trabalhadas em sala de aula, mesmo que presentes nas diretrizes educacionais, motivados pelos preconceitos (re)produzidos em toda a esfera social e cultural. D2 e D3 delimitam como principal motivador para tal resistência as questões religiosas, já mencionada, que marcam de forma muito enfática o pensamento popular. D4, por sua vez, atribui à cultura de repressão e ao conservadorismo as raízes dessas resistências e preconceitos. O(a) docente D4 explica que a dificuldade da discussão de temáticas relativas a diversidade sexual e sexualidade se encontra de forma mais presente dentre os educandos idosos, em consequência da educação que tiveram. Assim, explica.

Sim, dentre alguns educandos (principalmente os idosos), que foram criados em uma cultura de repressão, com um modelo conservador, limitante e retrógrado de pensamento; e que infelizmente ainda ressoam essa cultura em sua forma de pensar e agir. (D4, 2022)

Diante das análises as respostas dos(as) docentes, é notório a necessidade de ampliar a discussão acerca das relações de gênero, da diversidade sexual, da sexualidade dentre outras que estão fora do currículo da EJA e em todo o contexto escolar, possibilitando, assim, a desmitificação de padrões Cis e heteronormativos dentro do ambiente educacional dentre outros ambientes para o desenvolvimento do respeito e o bem viver. Assim, para os(as) docentes há a possibilidade que cabe a educação, conduzir, por meio do conhecimento, os educandos a uma visão de mundo que ceife esse movimento de resistência ao diferente, estabelecidos por preconceitos preestabelecidos no meio social ao qual estamos inseridos.

Entendemos, assim, a necessidade de uma educação libertadora (Freire, 2005), que





**Benício Emanuel Bezerra da Silva; João Victor da Silva; Fernanda Tyelle Silva;  
Maria Fernanda dos Santos Alencar**

Universidade Federal de Pernambuco/Campus Avançado do Agreste

possibilite o sujeito ir para além das vivências conservadoras a qual foram criados e educados, para a compreensão da necessidade de que somos seres humanos e precisamos desenvolver nossa humanização. Nesse processo, resignificando nossas existências, podemos compreender acerca da pluralidade em que vivemos, sujeitos plurais, diversos, únicos e diferentes. Cada passo positivo acerca de uma educação plural é garantia de um espaço aberto para amplas discussões, garantindo assim uma percepção clara que todo sujeito deve ter reconhecido seus direitos, como sujeito de direito, pleno de cidadania, dentro e fora do contexto escolar.

### 3) As práticas pedagógicas na EJA e as (im)possibilidades para a (sobre)vivência LGBTQIAPN+

Para Catelli Jr. e Escoura (2016), a EJA é um campo de criação de possibilidades para que os sujeitos socialmente marginalizados consigam efetivar seu direito à escolarização. E trazendo Arroyo (2008) do lugar social aos sujeitos da exclusão reservado, ou seja, não se pode fundamentar a exclusão a partir da classe social, do gênero, da cor e da sexualidade. A comunidade LGBTQIAPN+, campo de estudo deste artigo, abandonam a escola, independente da idade, motivados muitas das vezes pelas diversas violências, tanto físicas quanto psicológicas que sofrem constantemente no ambiente escolar, vítimas de docentes e de outros estudantes, por não se atenderem ao padrão cis heteronormativo. Sobre as consequências desse processo para a comunidade LGBTQIAPN+, Acosta (2019) pontua que: “[...] a escola não foi um local de acolhimento para estas pessoas, e trabalhar se torna mais atraente que continuar nos estudos. (ACOSTA, 2019, p. 85)”. A escolarização na EJA, no entanto, proporciona a esses sujeitos a inclusão no fazer educacional.

Buscando compreender como se dão as relações entre práticas pedagógicas, docentes, os colegas de turma da EJA e a comunidade LGBTQIAPN+, os docentes foram questionados a respeito de como tais relações ocorrem. Nesse cenário, D3 e D4 pontuam que existe um forte





**Benício Emanuel Bezerra da Silva; João Victor da Silva; Fernanda Tyelle Silva;  
Maria Fernanda dos Santos Alencar**

Universidade Federal de Pernambuco/Campus Avançado do Agreste

movimento de estigmatização dos discentes LGBT's, através da exclusão e rejeição desses sujeitos. D3 ainda esclarece que muitas vezes ocorrem socializações violentas, em consequência do uso da linguagem ou comportamentos não aceito pelo grupo, que precisam da intervenção docente para ser finalizada. Como pontuado em:

[...] sentimos mais a resistência de muitos e o acolhimento de poucos. Podendo em algumas vezes ser rejeitados pelo comportamento um tanto exagerado e utilização de termos não adequados, fazendo necessário assim a intervenção do professor para ambos os lados. (D3, 2022)

O(a) docente D4, observa que em sua turma da EJA não ocorre dificuldades nas relações, mas presença na escola.

Em minha turma, não. Entretanto na escola, sim. E busco trabalhar sempre a conscientização dos meus alunos em relação à inclusão efetiva dos alunos LGBTQIA+ (não só a tolerância ou a integração) durante atividades realizadas com todas as turmas juntas, como, por exemplo, a merenda no refeitório, ou gincanas e feiras de ciências nas quais as turmas se unem. (D4, 2022).

Diante dos relatos apresentados, consegue-se observar o cenário conflituoso que esses sujeitos enfrentam, acarretando a necessidade de não serem submetidos ao abandono escolar. D1 relata ainda que “Em seu convívio de turma, não há grande estigmatização dos sujeitos LGBQIAP+”, pontuando a existência de um ambiente harmônico em sua turma, como presente em sua afirmação “As relações são tranquilas”. (D1, 2022).

Ao analisarmos as respostas, conseguimos enxergar o ambiente escolar como um espaço educativo importante para mudança de pensamentos sobre as pessoas que não são olhadas e respeitadas socialmente. Neste sentido, pode-se reduzir e até eliminar a disseminação do ódio e LGBTfobia, consequência de longos anos de limitações acerca de discussões de temáticas como que esta pesquisa está alicerçada.

Em muitos dos casos, são as pessoas LGBTQIAPN+ que são culpabilizadas pela ausência da possibilidade de manter relações sociais, como se percebe na afirmação de D5,





**Benício Emanuel Bezerra da Silva; João Victor da Silva; Fernanda Tyelle Silva;  
Maria Fernanda dos Santos Alencar**

Universidade Federal de Pernambuco/Campus Avançado do Agreste

quando questionado sobre a presença de estudantes LGBT's em sua sala e como se davam suas relações com os demais ele pontua que “Sim (se referindo a presença da comunidade LGBTQIAPN+). Infelizmente essas pessoas não se socializam bem com os demais. (D5, 2022, grifo nosso)”.

Destruir estereótipos e paradigmas preconceituosos estabelecidos, baseados em crenças, necessita de uma intervenção por meio de políticas de afirmação de identidades e de formação docente. Assim, as temáticas de gênero, sexualidade, diversidade sexual, raça dentre outras que são pouco ainda debatidas em ambientes escolares possam ser consideradas nos currículos escolares e nas diretrizes curriculares que orientam os sistemas de ensino.

## Considerações finais

Ao retomarmos nosso problema de pesquisa “como as questões da diversidade sexual são tratadas na EJA em escolas de Caruaru-PE?” os dados revelam que a discussão da temática se faz presente nas salas de aula, mesmo que de forma limitada, bem como está presente nas orientações curriculares do Estado de Pernambuco, também com pouca inserção, apenas em 3 disciplinas: Educação Física, Ciências e Ensino Religioso.

Também conseguimos denotar que, em especial para os docentes, a discussão sobre o tema acontece de forma “aberta”, sem resistência significativa, mas com apresentação de resistência em relação aos educandos, por não concordarem com a discussão da temática. A resistência é justificada pelos(as) docentes considerando os seguintes aspectos: idade, estudantes mais idosos, e preconceitos, sendo esses principalmente alicerçados e reproduzidos por dogmas religiosos, sociais e culturais, tendo aumentado nos últimos anos.





**Benício Emanuel Bezerra da Silva; João Victor da Silva; Fernanda Tyelle Silva;  
Maria Fernanda dos Santos Alencar**

Universidade Federal de Pernambuco/Campus Avançado do Agreste

A ênfase no aumento do preconceito à comunidade LGBTQIAPN+ se estrutura em torno do contexto político vivenciado, de imensa onda conservadora e religiosa, com discursos dogmáticos que acabam fortalecendo (in)conscientemente um padrão a ser aceito socialmente. Esse discurso desencadeia uma luta para as (sobre)vivências marginalizadas mediante dados que ilustram a violência, conforme apontado no documento da Anamatra (2024), de um lado tem-se dogmas religiosos e socioculturais, e do outro lado, o oposto disso, o que é visto como algo “anormal” e/ou “contra a natureza”. Esses discursos adentram o campo familiar, alimentando as relações de poder que, conforme Viana e Ramires (2008, p. 347), no estudo das relações de gênero e diversidade sexual nos conceitos de família veiculados por livros didáticos, diz que “[...] não são neutras, incluem todas as desigualdades e entre elas as de gênero.”

Assim, criam-se estruturas que fortalecem as aceitação dos corpos, das pessoas, e desse modo, cria-se um ambiente hostil que não está restrito apenas ao espaço escolar, mas também à sociedade, onde é construído um modelo societário de repressão sociocultural para esses grupos marginalizados.

Assim, é necessário que os processos educativos e pedagógicos, sejam no âmbito formal ou não formal, aconteçam numa concepção de educação que emancipe o pensar, que quebre as correntes que condicionam a subjetividade ao enraizamento de preconceitos diversos, na possibilidade da reconstrução de outros e novos olhares para as temáticas de gênero, sexualidade, raça e tantas outras pautas que surgem na contemporaneidade.

Por fim, através da pesquisa, entendemos que as escolas necessitam trabalhar numa concepção de educação libertadora, formando para pensar os sujeitos em sua completude, especificidades e autonomia. Não mais podemos pensar os espaços educativos escolares, em especial a EJA, que tem em suas turmas estudantes com experiências de vida e situados em





Benício Emanuel Bezerra da Silva; João Victor da Silva; Fernanda Tyelle Silva;  
 Maria Fernanda dos Santos Alencar  
 Universidade Federal de Pernambuco/Campus Avançado do Agreste

processos de exclusão, enquanto espaço de sujeitos objetos e não sujeitos históricos (Freire, 2005).

É preciso quebrar a normatização do que é “natural”, propagado especialmente pelo Estado, enquanto aparelho ideológico, que gere a educação para grande parte da população, e através dos objetivos hegemônicos, reproduz o discurso *cis* heteronormativo e os coloca no topo, criando inimigos, ou seja, os que fogem dessa “naturalidade”.

## REFERENCIAS

ACOSTA, T. Evasão ou expulsão escolar de gays afeminados e travestis das instituições escolares e as vidas que não podem ser vividas. **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, [S. l.], v. 13, n. 20, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufm.br/bagoas/article/view/16898> .

ANAMATRA. Cartilha de Direitos da Comunidade LGBTQIAPN+. Entendendo a diversidade e contribuindo para assegurar os direitos da comunidade LGBTQIAPN+. Comissão LGBTQIAPN+. 2024. Disponível em: [https://www.anamatra.org.br/images/LGBTQIA/CARTILHAS/Cartilha\\_Comiss%C3%A3o\\_LGBTQIAPN.pdf](https://www.anamatra.org.br/images/LGBTQIA/CARTILHAS/Cartilha_Comiss%C3%A3o_LGBTQIAPN.pdf)

ARROYO, Miguel Gonzáles. **Passageiros da noite**: do trabalho para a EJA: itinerários pelo direito de uma vida justa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

ARROYO, Miguel Gonzáles. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. 4.ed. Rev. Ampl. Lisboa: Edições 70, 2011.

HOOKE, Bell. Educação Democrática. In: CASSIO, Fernando (Org.). **Educação contra a Bárbarie**: por escolas democráticas e a liberdade de ensinar. São Paulo: Boitempo, 2019.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é método Paulo Freire**. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.







Benício Emanuel Bezerra da Silva; João Victor da Silva; Fernanda Tyelle Silva;  
 Maria Fernanda dos Santos Alencar  
 Universidade Federal de Pernambuco/Campus Avançado do Agreste

CANABARRO, Ronaldo. História e Direitos Sexuais no Brasil: O Movimento LGBT e a discussão sobre a cidadania. **Congresso Internacional de História Regional**, [s. l.], 2013.

CATELLI Jr, R., ESCOURA, M. Sujeitos da diversidade: a agenda LGBT na educação de jovens e adultos. **Olhares: Revista Do Departamento De Educação da Unifesp**, 4(1), 2016. p.226–245. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.34024/olhares.2016.v4.524>

FERREIRA, Leyse da Cruz; FERREIRA, Maria José de Resende. Desafios da EJA: o espaço escolar para as transexuais e travestis. **II Seminário Nacional de Educação, Diversidade Sexual e Direitos Humanos**, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/gepss/article/view/3891>

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro. Ed. Paz e Terra, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 30ª ed.; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

GUEDES, Robert. Resistência LGBTQIA+ na Ditadura Militar – Um retrato não contado da história do país. 2023. **Notícia**. Disponível em <https://vladimirherzog.org/resistencia-lgbtqia-na-ditadura-militar/>.

HOLANDA, Stefani Tamires Alves Ribeiro; ALENCAR, Maria Fernanda dos Santos. Estudantes da EJA e o protagonismo escolar: vozes e marcas da exclusão em busca de vida e cidadania. Instrumento: **Rev. Est. e Pesq. em Educação**, Juiz de Fora, v. 23, n. 4, p. 849-867, set./dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/revistainstrumento/article/view/30615/23999>

JUNQUEIRO, Rogério Diniz. Pedagogia do armário: A normatividade em ação. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 7, n. 13, p. 481-498, jul./dez. 2013.

LOPES, Yéssica. Conceitos de Diversidade- Parte II (continuação da entrevista realizada (v.2, n.3 jan./jun. 2014) com Rogério Junqueira. **Rev. Diversidade e Educação**, v.2, n.4, p. 4-13, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/download/6353/4059/0>





Benício Emanuel Bezerra da Silva; João Victor da Silva; Fernanda Tyelle Silva;  
 Maria Fernanda dos Santos Alencar  
 Universidade Federal de Pernambuco/Campus Avançado do Agreste

LOURO, Guacira Lopes. A construção escolar da diferença. *In*: LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997, pp. 57-87.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 6 a Edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1996.

MORAIS, Pâmela. Ideologia de gênero: o que é e qual a polêmica por trás dela? **Politize. Caderno Cidadania, Cultura e Sociedade**. Publicado em 23/11/2018. Disponível em: <https://www.politize.com.br/ideologia-de-genero-questao-de-genero/>

VERAS NETO, Amaury. **Com a Delicadeza Necessária**: o discurso de gênero e sexualidade em livros de literatura infantil. Orientador: Profa. Dra. Rosângela Tenório de Carvalho. 2015. Dissertação (Pós-graduação em educação) - Pós-graduação, [S. l.], 2017.

PERNAMBUCO. Secretaria de Educação e Esportes. Currículo de Pernambuco: Educação de Jovens e Adultos Ensino Fundamental. Pernambuco, 2021.

QUINALHA, R. H.; GREEN, James. N. Homossexualidades, repressão e resistência durante a ditadura no Rio de Janeiro. *In*: Comissão da Verdade do Rio de Janeiro. (Org.). **Relatório da Comissão da Verdade do Estado do Rio de Janeiro**. 1ed. Rio de Janeiro: CEV Rio, 2015, v. 1, p. 146-160.

SOUZA, Leticia Franco de. **Sexualidade e gênero na EJA**: um olhar sobre materiais didáticos do município de Ribeirão Preto. Jaboticabal, 2022, 239 p. : il. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias, Jaboticabal Orientadora: Ana Paula Leivar Brancaleoni.

SOUZA, João Francisco de. Prática pedagógica e formação de professores. *In*: BATISTA NETO, José; SANTIAGO, Eliete (org.). **Prática pedagógica e formação de professores**. Recife: Universitária da UFPE, 2009.

SOUZA, João Francisco de. **Proposta pedagógica: educação de jovens e adultos. Núcleo de Ensino: Pesquisa e Extensão em Educação de Jovens e Adultos e em Educação Popular**. Recife, 2003.





Benício Emanuel Bezerra da Silva; João Victor da Silva; Fernanda Tyelle Silva;  
Maria Fernanda dos Santos Alencar  
Universidade Federal de Pernambuco/Campus Avançado do Agreste

SILVA, Ariana Kelly Leandra Silva da. Diversidade sexual e de gênero: a construção do sujeito social. *Rev. NUFEN [online]*. 2013, vol.5, n.1, pp.12-25. ISSN 2175-2591.

PONTUAL, Pedro de Carvalho. Educação popular e participação social: desafios e propostas para hoje. In: CÁSSIO, Fernando (Org.). **Educação contra a barbárie**: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. Coleção tinta vermelha, 1ª ed., São Paulo: Boitempo, 2019.

PALUDO, Conceição. **Educação Popular e Movimentos Sociais**. 8º Seminário Internacional de Educação, FEEVAL, Nova Hamburgo-RS, 2005.

VIANA, Claudia; RAMIRES, Lula. A Eloquência do Silêncio: gênero e diversidade sexual nos conceitos de família veiculados por livros didáticos. *Psicologia Política*. v. 8. n. 16. pp. 345 - 362. JUL - DEZ 2008.

Recebido: 06/12/2024

Aprovado: 08/12/2024



| João Pessoa-PB | v. 11 | p. 1-27, Jan./Dez., 2024.

Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/educare>>.